

MOÇÃO

Nº 61/2013

Nº

AUTÓGRAFO Nº

Nº



SECRETARIA

Autoria: DO EDIL FRANCISCO CARLOS SILVEIRA LEITE

Assunto: Manifesta APLAUSO aos Assentamentos da Reforma Agrária da

Região de Sorocaba pela realização do "1º Seminário Regional dos

Assentamentos da Reforma Agrária da Região de Sorocaba".



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

02

Nº MOÇÃO Nº 61/2013

Assunto: Moção de APLAUSO aos Assentamentos da Reforma Agrária da Região de Sorocaba pela realização do "1º Seminário Regional dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região de Sorocaba".

CONSIDERANDO que Agricultura Familiar tem um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a segurança alimentar do país;

CONSIDERANDO que a agricultura familiar produz mais do que 70% do alimento que vai para a mesa do brasileiro, e aproximadamente 40% de toda a produção agropecuária do país. Ocupando aproximadamente 25% das terras agricultáveis, a agricultura familiar gera trabalho para 12,3 milhões de pessoas, ou 74,4 % dos empregos do campo brasileiro, ainda que disponha de uma quantidade de créditos muito menor do que as grandes propriedades. Portanto, a agricultura familiar é amplamente mais eficiente e tem uma importância social muito maior do que o grande agronegócio, que gera somente 25,3% dos empregos no campo, e produz principalmente matéria prima para exportação;

CONSIDERANDO que, segundo dados oficiais do IBGE, a concentração de terras no Brasil é uma das piores do mundo. Enquanto 28,2% da área agrícola é dividida entre 93,3% das propriedades de agricultura familiar, no outro extremo, 51,7% de nossas terras agricultáveis pertencem a somente 1,9% dos proprietários. É nesse quadro de enorme desigualdade que surge a necessidade da luta pela reforma agrária;

CONSIDERANDO que a luta pela reforma agrária na região de Sorocaba completa neste ano de 2013 uma história de mais de 28 anos, quando foi iniciado o processo de ocupação que deu início aos assentamentos da região;

CONSIDERANDO que as mais de 375 famílias dos assentamentos da região conquistaram esse direito, com o lema "Sem a Reforma Agrária não há Democracia", afirmado no primeiro Congresso Nacional do Movimento Sem Terra - MST em 1985;

CONSIDERANDO a realização do 1º Seminário Regional Dos Assentamentos De Reforma Agrária Da Região De Sorocaba, no dia 08 de novembro de 2013, às 14:00 horas, na Floresta Nacional de Ipanema – FLONA Casa das Armas

FOTOCOPIA EM PAZ

-11-Dez-2013-16:51:131439-1/6

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA





Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº Brancas Estrada Fazenda Ipanema, em Iperó – SP, organizado em conjunto pelos Assentamentos de Reforma Agrária na região de Sorocaba;

CONSIDERANDO que o referido evento foi um marco histórico no movimento regional de reforma agrária, e que neste evento foi construída uma carta aberta (que se encontra em anexo) a partir de demandas e propostas reunidas em oficinas realizadas durante os meses de outubro e novembro de 2013 nos Assentamentos de Porto Feliz, Ipanema I e Ipanema II, Horto Bela Vista, Carlos Lamarca, 23 de Maio e Capão Alto, e no Quilombo do Cafundó, respectivamente localizados nos municípios de Porto Feliz, Iperó, Itapetininga e Salto de Pirapora, comunidades onde vivem aproximadamente 2.000 pessoas;

A Câmara Municipal de Sorocaba manifesta APLAUSO aos assentamentos de reforma agrária pela realização do “1º Seminário Regional dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região de Sorocaba”.

Sendo aprovada a presente Moção, dê-se ciência à:

- Excelentíssima Presidenta da República Federativa do Brasil Dilma Rousseff;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Excelentíssimo Governador do Estado de São Paulo;
- Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento;
- Secretaria do Meio Ambiente;
- Aos Excelentíssimos(as) Prefeitos(as) e Presidentes de Câmaras Municipais dos municípios de Alambari, Alumínio, Angatuba, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Campina do Monte Alegre, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tatuí, Torre de Pedra, Tapiraí, Votorantim, ambos do Estado de São Paulo;
- Aos Excelentíssimos(as) Vereadores(as) de Iperó/SP, Itapetininga/SP; Salto de Pirapora/SP e Porto Feliz/SP;
- Aos deputados estaduais/SP Carlos César; Hamilton Pereira; Maria Lúcia Amary; Mauro Bragato, coordenador da Frente Parlamentar pela Regularização Fundiária Urbana e Rural do Estado de São Paulo; José Zico Prado, coordenador da Frente Parlamentar de Apoio à Extensão Rural; Aldo Demarchi e Ana do Carmo, coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa da Produção Orgânica e Desenvolvimento da Agroecologia; Francisco Campos Tito, coordenador da Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar e Nutricional e da Frente Parlamentar pela Reforma Agrária e Agricultura Familiar;
- Aos deputados federais Iara Bernardi e Jefferson Campos;

NOTÍCIA SEM

-11-Dez-2013-16:51-131439-2/6

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA





Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

04

Nº

- Aos assentamentos de reforma agrária “Ipanema I”, “Ipanema II” e “Horto Bela Vista”, de Iperó/SP; “Carlos Lamarca”, “23 de Maio” e “Capão Alto”, ambos de Itapetininga/SP; “Quilombo do Cafundó”, de Salto de Pirapora/SP; Assentamento CAIC, de Porto Feliz/SP;
- Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região;
- CUT – Central Única dos Trabalhadores – Subsede Sorocaba;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Diretor da Unidade Instituto Chico Mendes da Biodiversidade em Iperó/SP e da Floresta Nacional de Ipanema, Sr. Alexandre Zanarini Cordeiro;
- Unidade de Sorocaba da Fundação de Terras do Estado de São Paulo (ITESP);
- Superintendência regional do Estado de São Paulo da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- Centro de Abastecimento de Votorantim – CEAVO;
- Unidade de Entrepósito de Sorocaba do CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo;
- Superintendência regional do Estado de São Paulo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;
- Instituto Terra Viva Brasil de Agroecologia;
- Grupo de Articulação Regional da Feira Agroecológica de Sorocaba (GARFOS);
- Sede de Iperó/SP do Instituto Biosistêmico Agricultura e Pecuária (IBS);
- A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/ Escritório de Desenvolvimento Rural de Sorocaba;
- Sindicato Rural de Sorocaba;
- Cooperativa Central de Produção Rural e Abastecimento de Sorocaba.

S/S., 11 de dezembro de 2013.


CARLOS LEITE
Vereador

EXCERTELO SERIAL

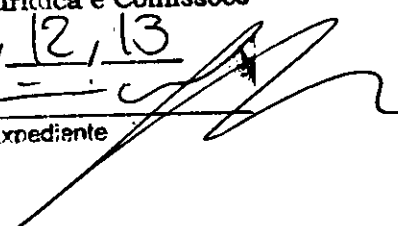
-11-Dez-2013-16:51-131439-3/6

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA



Recebido na Div. Expediente
11 de dezembro de 13

A Consultoria Jurídica e Comissões

s/s 12, 12, 13

Div. Expediente

Recebido em 13/12/13


Suellen Scara de Lima
Chefe de Seção de Assuntos Jurídicos



05

Carta do 1º Seminário Regional dos Assentamentos de Reforma Agrária da região de Sorocaba

A agricultura Familiar tem um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a segurança alimentar do país.

A agricultura familiar produz mais do que 70% do alimento que vai para a mesa do brasileiro, e aproximadamente 40% de toda a produção agropecuária do país. Ocupando aproximadamente 25% das terras agricultáveis, a agricultura familiar gera trabalho para 12,3 milhões de pessoas, ou 74,4 % dos empregos do campo brasileiro, ainda que disponha de uma quantidade de créditos muito menor do que as grandes propriedades. Portanto, a agricultura familiar é amplamente mais eficiente e tem uma importância social muito maior do que o grande agronegócio, que gera somente 25,3% dos empregos no campo, e produz principalmente matéria prima para exportação.

Além da justiça social, é estratégico para o país o fortalecimento da agricultura familiar, pois ela preserva o meio ambiente, gera empregos, e tem como eixo principal a produção de alimentos necessários na mesa das famílias brasileiras. Esse setor merece uma atenção especial do estado, com mais investimentos, bem como a criação de novos assentamentos e a estruturação das áreas exploradas pelos pequenos agricultores de nosso país.

Infelizmente, segundo dados oficiais do IBGE, a concentração de terras no Brasil é uma das piores do mundo. Enquanto 28,2% da área agrícola é dividida entre 93,3% das propriedades de agricultura familiar, no outro extremo, 51,7% de nossas terras agricultáveis pertencem a somente 1,9% dos proprietários.

É nesse quadro de enorme desigualdade que surge a necessidade da luta pela reforma agrária.

O direito à terra é algo garantido constitucionalmente conforme os artigos 184 e 186 da constituição federal.

“Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social...”



06

“Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

A luta pela reforma agrária na região de Sorocaba completa neste ano uma história de mais de 28 anos, quando foi iniciado o processo de ocupação que deu início aos assentamentos da região.

As mais de 375 famílias dos assentamentos da região conquistaram esse direito, com o lema “Sem a Reforma Agrária não há Democracia”, afirmado no primeiro congresso nacional do Movimento Sem Terra - MST em 1985.

Durante todo este tempo, diversos avanços podem ser notados, e muitas dificuldades também, decorrentes das políticas públicas ausentes ou mal dimensionadas para estas famílias. A falta de serviços de ATER, investimentos em infra-estrutura e dificuldades de comercialização e obtenção de crédito podem ser apontados como os maiores problemas que impedem o desenvolvimento econômico e afetam direitos básicos das famílias, acarretando na baixa consolidação econômica das famílias, que é um dos principais motivos para a saída dos jovens filhos de assentados

Entre os principais avanços, temos em destaque os programas de compra institucional estabelecidos pelo governo federal, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ligado ao programa Fome Zero, e a Lei da Merenda Escolar, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além do Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), do governo estadual, que fomentaram a organização das famílias assentadas, e estimularam a retomada da produção agropecuária. Nos assentamentos da região, foram formadas mais de 14 cooperativas e associações para organizar a produção e atender a estes programas.

4



07

Sustentabilidade: diversos assentamentos foram pioneiros em projetos de adequação ambiental e recuperaram mais de 30 hectares de mata ciliar. A pauta da produção agropecuária sustentável dentro de uma visão Agroecológica também faz parte desse histórico. Hoje está constituída uma Organização de Controle Social (OCS) para comercialização direta de produtos orgânicos, e há mais quatro grupos outros neste processo, assim com um grupo de certificação participativa pelo mecanismo de Sistema Participativo de Garantia.

Com este documento, as famílias assentadas da região apresentam suas demandas coletivas e individuais, cobrando ao poder público ações que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Com isso, os assentados de reforma agrária da região demonstram que os problemas vivenciados não são somente de um ou outro local, mas são questões comuns, que demandam ações regionais para solucioná-los.

Demandas e propostas

Esta carta foi construída a partir de demandas e propostas reunidas em oficinas realizadas durante os meses de outubro e novembro nos Assentamentos de Porto Feliz, Ipanema I e Ipanema II, Horto Bela Vista, Carlos Lamarca, 23 de Maio e Capão Alto, e no Quilombo do Cafundó, respectivamente localizados nos municípios de Porto Feliz, Iperó, Itapetininga e Salto de Pirapora, comunidades onde vivem aproximadamente 2.000 pessoas.

Participaram destas reuniões lideranças e assentados, levantando dificuldades e propondo ações prioritárias para cada localidade. Também foi realizada uma reunião específica com jovens do assentamento Ipanema.

As discussões seguiram linhas temáticas que abarcaram questões comuns a todos estes assentamentos. São elas:

Infra Estrutura

Água

A falta de acesso à água é um dos problemas mais graves e emergenciais nos assentamentos da região. Não há água disponível em quantidade suficiente para o uso de muitas famílias, assim como para uso na atividade agropecuária (irrigação e dessedentação de animais).

Os problemas decorrem da ausência, da má qualidade ou falta de manutenção da estrutura estabelecida. Mesmo havendo a captação de água em alguns locais, a rede de distribuição não chega a todas as casas, ou a água captada não é suficiente.

Assim, a demanda prioritária das famílias assentadas é por um projeto geral para captação e distribuição da água, separando água potável da de uso agrícola. Faz-se necessário perfurar mais poços artesianos, reativar poços já implantados, implantar redes de distribuição compatíveis com a demanda, ou fazer sua manutenção, e também investir em bombas reserva para quando estas queimam.

Realizar treinamentos para os agricultores fazerem o uso racional e consciente da água.

Energia

Na atividade agropecuária são utilizados equipamentos que necessitam uma potência mais alta. A rede elétrica monofásica tem uma capacidade insuficiente, ocorrendo quedas de tensão, que demoram ser corrigidas, e que danifica os equipamentos utilizados.

Assim, é necessário a melhoria da rede e o estabelecimento de mais pontos de energia trifásica para todas as áreas dos assentamentos.

Além disso, há problemas com as cobranças e a prestação de serviço pela empresa responsável.



Em algumas áreas, há o pagamento de taxa de iluminação pública que não existe no local. Enquanto em alguns assentamentos os pedidos de serviços feitos individualmente para prestadora de serviço têm custo alto, enquanto em outros assentamentos a empresa não cobra. Em alguns locais, a cobrança é feita sem a leitura do consumo no período, sendo cobrado por um valor anterior mais alto.

Por último, em diversos locais o assentado paga como consumidor residencial urbano, sendo necessário o enquadramento na categoria de consumidor rural, bem como a simplificação das exigências para esse enquadramento.

Erosão

O cuidado com a conservação do solo é um princípio básico para uma atividade agrícola sustentável. Assim, para evitar problemas sérios de erosão, os assentados demandam o terraceamento nos lotes, em locais onde isso não foi feito. É preciso trabalhar a conscientização e a capacitação quanto à conservação de solo, e outras técnicas para a conservação, como o plantio de árvores por exemplo.

Estradas e mobilidade

As estradas são outro forte gargalo para o escoamento da produção e a qualidade de vida dos assentados, impedindo até mesmo o transporte de alunos de ensino básico, médio e superior para as escolas.

Assim, é necessário fazer a manutenção das estradas, com estruturas que garantam uma maior durabilidade destas ações. As ações de manutenção muito pouco duráveis, e há também casos em que são colocadas pedras muito grandes, que danificam os veículos. É necessário um programa de capacitação dos maquinistas que realizarão estes serviços, em todos os municípios.

Sugere-se agilizar o convênio de prefeituras com o INCRA para atender a essa demanda.



No assentamento de Porto Feliz, cortado por duas rodovias de grande e médio porte, se torna difícil o trânsito de máquinas agrícolas e pessoas, sendo necessária alguma medida para garantir a segurança dos agricultores e motoristas no local.

Além das estradas, a falta de estrutura das pontes pode ocasionar o isolamento dos assentados. Nos assentamentos de Ipanema há a necessidade de ampliação e melhoria da ponte existente, de forma a permitir a passagem de caminhões, máquinas pesadas e ônibus escolares entre as duas áreas. No assentamento Carlos Lamarca, a ponte de madeira periodicamente é destruída pelo rio, deixando toda a comunidade isolada. No Assentamento Horto Bela Vista, é necessária a canalização de um córrego que através uma importante via de acesso que liga duas partes do assentamento.

Habitação

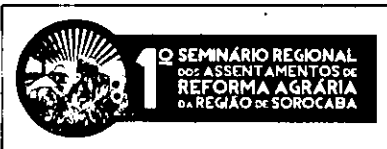
Ainda há diversas casas não finalizadas nos assentamentos, e lotes sem moradia adequada. Os programas habitacionais anteriores não tiveram recursos suficientes para que a demanda fosse totalmente atendida, e as famílias que participaram destes programas não podem mais acessar o Crédito de Habitação.

Assim, as famílias reivindicam a complementação do Crédito Habitação em função do que já foi acessado, tendo como parâmetro o valor disponibilizado no Programa Minha Casa Minha Vida Rural

Solicitam também a liberação do programa de habitação para os filhos e agregados que já vivem e fazem parte da dinâmica produtiva do lote, criando condições favoráveis para sua permanência na área rural.

Estrutura e agroindustrialização

Para a agregação de valor e melhoria das condições de inserção no mercado, são necessários investimentos em estruturas para recebimento e distribuição da produção, como um entreposto de produtos, assim como o estabelecimento de Agroindústrias



para beneficiamento da produção, de acordo com as cadeias produtivas de cada local: resfriador para leite, câmara fria, climatizador, etc.

Além disso, são importantes para alavancar a produção e as organizações dos assentados investimentos para irrigação, estufa, barracão, transporte, e máquinas agrícolas, incluindo máquinas apropriadas a sistemas de produção de base ecológica.

É necessário um debate com todos os órgãos envolvidos, para garantir a reformulação da legislação ou a criação de uma específica para a agricultura familiar em torno da agroindustrialização.

ATER

Em relação a ATER, o que se percebe é a completa insuficiência dos quadros de profissionais em campo para dar acompanhamento durante a produção.

Deve-se pensar em uma equipe multidisciplinar, com especialistas em diferentes áreas, incluindo profissionais de nível técnico, agrônomo, veterinário, contador, sociólogo, assistente social, psicólogo, nutricionista, advogado e outras especialidades relacionadas com as necessidades das comunidades.

É necessária uma quantidade de técnicos adequada por cada área de especialização, e que tenham conhecimento da diversidade de espécies e variedades cultivadas nos assentamentos. Por exemplo: três técnicos, um agrônomo e um veterinário para cada 90 famílias, além de outras especialidades. É necessário que os técnicos tenham formação ou experiência em Agroecologia.

Sugere-se que os técnicos realizem um trabalho focado em projetos que incluam as partes de produção e gestão, e que estes projetos sejam montados de acordo com a realidade de cada família, e não venham de cima para baixo com algo pronto.

Agroecologia

Para o desenvolvimento da Agroecologia nos assentamentos, é grande a necessidade de técnicos especializados para dar continuidade e acompanhamento aos processos de transição já iniciados. É necessário um trabalho de desmistificação e sensibilização das famílias para compreender as vantagens da Agroecologia no uso da terra. As próprias organizações formais e informais dos agricultores poderiam assumir a linha da Agroecologia.

Para desenvolver o conhecimento da Agroecologia, se faz necessário o compartilhamento de experiências que já ocorrem com sucesso, pois muitos agricultores já utilizam diversas técnicas. Também é necessário um processo de formação, que inclua também o tema da certificação e do credenciamento de produtores orgânicos (OCS), deixando mais claro o que pode e o que não pode ser feito.

São necessários investimentos e a ampliação de espaços de comercialização específicos para este tipo de produção.

Uma boa experiência na região é a proposta do Grupo de Articulação Regional da Feira Orgânica de Sorocaba- GARFOS, que contribuiu na articulação dos agricultores para a realização de uma feira de transição agroecológica em Sorocaba. Há também outras feiras livres nos municípios de Iperó, Araçoiaba da Serra, Itapetininga e Sarapuí, onde agricultores certificados e credenciados por meio de OCS, assim como agricultores não orgânicos, estão comercializando seus produtos.

Crédito e Inadimplência

Apesar de haver alguns casos de bom atendimento e facilidade para obtenção de crédito na região, em algumas localidades existe um processo de desrespeito e preconceito de funcionários do banco em relação aos agricultores, e ainda mais com assentados de reforma agrária. Agências de diferentes municípios apresentam exigências diferentes, as informações são passadas de forma que não deixa claro quais





os direitos e procedimentos que devem ser adotados. É preciso garantir um entendimento uniformizado e a transparência dos critérios.

Assim uma proposta para ajudar a resolver o problema passa por uma assessoria jurídica para os assentados, para evitar informações desencontradas e que tudo seja resolvido de forma mais segura para os agricultores.

O sistema de avalista para obtenção do crédito gera diversos problemas, principalmente para aqueles que ficam no papel de avalista, cujo crédito fica bloqueado no banco por causa de falta de pagamento de uma dívida pelo seu avalisado, ou até mesmo têm seus recursos confiscados pelo banco. Assim, é sugerido que o sistema de avalista seja eliminado, e que seja criada outra forma de garantia para o banco, por exemplo, utilizando a própria produção ou o próprio bem adquirido como garantia do crédito.

É necessário estabelecer um diálogo com o banco, para que o crédito de avalistas nessa situação seja liberado, que sejam iniciadas imediatamente as renegociações das dívidas, levando em consideração a capacidade de pagamento de cada Agricultor, e que sejam liberados novos créditos em paralelo com a renegociação das dívidas, incluindo a recuperação e renegociação da dívida do CADIN. Devido à inscrição no CADIN e SERASA, os agricultores estão totalmente impedidos de participar das políticas públicas e dos mercados institucionais.

Além disso, é necessário agilizar a liberação dos créditos existentes para a agricultura familiar, reduzir a burocracia e a exigência de garantia, e desvincular o crédito investimento e custeio para jovens e mulheres do teto do titular.

Para possibilitar o investimento em transporte, mecanização e agroindústria pelo agricultor, há a possibilidade do PRONAF Mais Alimento.

Mulheres e jovens

Atualmente o meio rural em geral vive uma situação crítica de êxodo dos jovens do campo para a cidade, ameaçando a continuidade da agricultura familiar. Um dos

principais motivos para isso é a renda insatisfatória obtida pelos jovens e pelas mulheres no meio rural, bem como a educação, esporte, cultura e lazer.

Para lidar com essa realidade, é preciso melhorar as condições de geração de renda para esses jovens, assim como para o restante da família.

Nesse sentido, é necessário desvincular a DAP dos jovens e mulheres da DAP do titular, abrindo espaço nas políticas públicas inclusive a venda para os programas de comercialização institucional, o que ajudará a motivar a participação destes.

Estruturas de lazer, educação, formação técnica e esporte também são fundamentais para ajudar na fixação destes no campo.

Produção e planejamento

O aspecto mais crítico atualmente para a produção dos assentamentos é a dificuldade em estabelecer um planejamento conjunto, o que acarreta na perda de produção, ou falta de produtos em determinadas épocas, principalmente para atender a demanda de compra dos programas de compra governamental.

É necessária a contratação de técnicos para auxiliar esse planejamento, visando uma produção com constância, quantidade, qualidade e classificação adequadas. Esse planejamento deve seguir de acordo com a demanda do mercado e dos programas institucionais.

Uma vez que os programas institucionais PAA e PNAE são mercados de grande importância, o planejamento deve buscar envolver o conjunto das Cooperativas, seus membros, entidades e prefeituras.

O atendimento ao PNAE têm sido difícil, pois os assentados são tratados como empresas durante os editais, desconsiderando a sua realidade. Assim a criação de um plano de entregas para o ano com a descrição do que será entregue a cada semana será de grande valia para o comprometimento dos produtores e dos responsáveis pelo recebimento destes produtos nas prefeituras, levando em conta a sazonalidade dos



produtos. As prefeituras devem lançar o edital de compra com no mínimo seis meses de antecedência, para o melhor planejamento da produção pelas organizações, e a proposta de cardápio deve ser elaborada com a participação dos produtores da região, considerando a aptidão agrícola regional.

Contudo, para além dos programas, as organizações devem procurar novos mercados. Com o fortalecimento de canais de venda direta, tais como feiras livres, cestas de produtos orgânicos, etc., a renda do produtor será cada vez mais satisfatória.

Organizações

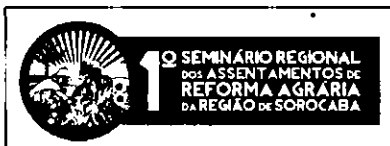
Nos últimos anos, os assentamentos tiveram um grande avanço no processo de cooperativismo, sendo formadas mais de 14 organizações na região, estimuladas pelos programas de comercialização institucionais (PAA e PNAE). Este foi um grande avanço, considerando o fortalecimento coletivo que os agricultores familiares alcançaram nesse processo.

Contudo, é preciso avançar muito na estruturação destas organizações, pois estão muito focadas na comercialização, e precisam apoiar mais o aumento da produção de seus cooperados.

É muito importante melhorar as relações de confiança e respeito que devem fundamentar a cultura do cooperativismo. A falta de participação efetiva dos cooperados atrapalha o desenvolvimento das organizações. Dessa forma, há a necessidade de apoio para facilitar processos internos, tais como: desenvolvimento de métodos de trabalho em grupo, mediação de processos decisórios, reuniões, etc.

O acompanhamento e cursos de formação na parte administrativa e gerencial são necessários, para que haja uma administração mais transparente, prestação de contas, etc. Para atender a diversos aspectos, a criação de uma assessoria jurídica contribuiria, por exemplo, para a negociação com prefeituras e bancos.

Alem disso, a estrutura das organizações também não é suficiente para atender às demandas, sendo necessários investimentos em transporte, beneficiamento, etc.



Faz-se necessário também que as cooperativas e demais organizações melhorem suas relações entre si, buscando se ajudarem em torno das pautas em comum, melhorar a comunicação e até a unificação de seus trabalhos, para avançarem no sentido de um trabalho efetivo.

Programas institucionais

A criação do programa de aquisição de alimentos PAA teve uma importância fundamental para as famílias assentadas nos últimos 10 anos, pois os produtores passaram a ter mais uma opção de vendas, sem ficar submetidos aos atravessadores, que por décadas davam os preços dos produtos, e em alguns casos, lesavam o agricultor, que assim não conseguia recuperar nem o custo da produção. Com o programa isso foi superado em partes, mas há dificuldades em relação ao atendimento da burocracia, o planejamento da produção, e os ritmos de pagamento das famílias.

Nos últimos anos surgiram outras estratégias de comercialização direta, tais como o Programa nacional de alimentação escolar-PNAE e o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social-PPAIS. Porém estes programas até o momento não têm sido efetivos, pois apresentam exigências que não convergem com a realidade de produção, escoamento, e beneficiamento dos pequenos produtores. Para agravar esta situação há municípios na região que sequer têm o selo de inspeção municipal, necessário para a legalização do beneficiamento da produção, tornando qualquer investimento em estrutura para o beneficiamento algo clandestino.

Reivindicamos que o governo Federal desenvolva ferramentas de fiscalização e monitoramento dos programas que incidem sobre a população assentada para que sejam executados independentemente do viés político-ideológico das prefeituras que muitas vezes deliberadamente boicotam a participação dos assentados nesses programas.

Recomendamos que os contratos, de programas como o PAA, sejam realizados diretamente com as entidades sem a mediação e interferência das prefeituras municipais, como tem ocorrido no estado de São Paulo, prejudicando tanto os agricultores quanto os beneficiários.

As políticas de comercialização devem ter como objetivo contemplar toda a família assentada, pois são várias as pessoas que trabalham por lote. É necessário um documento que garanta que as cotas de comercialização abranjam a todos integrantes da família que trabalham na produção. No mínimo, deve haver uma cota para a Mulher, uma para o homem e uma cota para o jovem que trabalha no lote.

Que sejam criados mecanismos que dêem segurança ao produtor, de forma que os pagamentos sejam efetuados a cada 15 dias, ou no máximo um mês, possibilitando assim um planejamento da produção, a compra de insumos e a correção de solos.

Que os editais públicos sejam lançados com antecedência mínima de seis meses, para possibilitar o planejamento da produção agropecuária.

Que os contratos tenham maior duração, com mais de dois anos, de forma que as organizações consigam estabelecer um trabalho com os sócios, e os produtores tenham tempo de se estruturarem.

Que as prefeituras assumam a logística de transporte, embalagem e entrega ponto a ponto dos produtos, já que as mesmas recebem estes alimentos, e que tenha ferramentas para obrigar as prefeituras a receber os produtos conforme a chamada pública, e que cumpram a obrigação de compra mínima de 30% da merenda conforme previsto na lei, com recursos da própria prefeitura.

Que a CONAB libere imediatamente os pagamentos das compras do programa PAA que se encontram atrasados há seis meses, que se resolvam os entraves administrativo-burocráticos que têm travado o processo, além da garantia da regularidade e manutenção dos programas.

Lazer, educação e esporte

Além das demandas básicas de infra-estrutura e relacionadas ao fortalecimento da produção agropecuária e comercialização, os assentamentos carecem de estruturas e ações relacionadas à educação, cultura, esporte e lazer.

É reconhecido o processo de desvalorização do rural nas escolas da rede pública em geral. É claro que atualmente "falta educação no campo, e que seja voltada para o





campo". As escolas ficam longe, não há estrutura de creches, demandando muito tempo dos pais e a má qualidade das estradas impede o transporte dos jovens e crianças.

Desta forma, uma das principais demandas é a criação nos assentamentos de Escolas do Campo, com uma proposta pedagógica apropriada para a realidade rural, incluindo o ensino de jovens e adultos, assim como creches e também a possibilidade de haver escolas em tempo integral.

É também uma demanda estratégica para o desenvolvimento da Agroecologia na região, a criação de uma Escola Técnica Federal em Agroecologia no espaço do antigo CAVAG, no assentamento Ipanema II, visando capacitar o jovem rural e fortalecer sua viabilização econômica no campo, a exemplo de outros assentamentos.

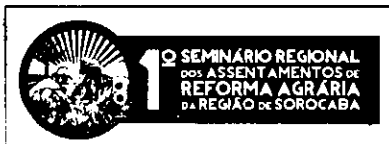
Reivindicamos a ampliação dos recursos do Pronera e a ênfase na formação de professores. Incorporar os assentados formados e as cooperativas nos projetos pedagógicos.

Integração das políticas públicas com foco na educação do campo.

Além disso, nas comunidades não ocorre nenhuma atividade cultural. Demandamos Espaços Culturais e Centros de Convivência, onde poderiam ocorrer cursos e oficinas do saber, oficinas político-pedagógicas, aulas de artes, música, teatro, capoeira, balé, que poderiam ser estabelecidos no mesmo espaço físico das escolas, ou então utilizando os barracões já existentes em alguns locais, sendo necessária a reforma destes espaços. Nestes locais podem ser incluídos telecentros para acesso à internet e bibliotecas.

A estrutura de esportes deve incluir: campo de Futebol, quadra poli esportiva, parque infantil, área de exercícios, campo de maia e bocha.

Com estas estruturas para a prática de esportes, atividades culturais e capacitação técnica rural, e a promoção de festas e eventos esportivos, haveria um espaço mais propício para a integração da comunidade e principalmente das crianças e dos jovens dos assentamentos, contribuindo para sua permanência no campo.



Moralização

Os assentamentos têm um problema histórico de venda e abandono de lotes, com um índice bastante preocupante que em alguns locais chega a ultrapassar 15% dos lotes. Esta realidade atrapalha o desenvolvimento e descaracteriza a comunidade assentada, desvia a finalidade dos assentamentos, e é prejudicial à identidade e à imagem da luta pela terra.

O lote de reforma agrária é um bem público, não pertencendo diretamente a um ou outro sujeito. Não se caracteriza como propriedade, e sim como concessão de uso para trabalhadores rurais que necessitam deste direito para garantir sua dignidade através do uso autônomo da terra.

Assim, de forma alguma poderá ser cedida a negociadores de terra, ou mesmo a pessoas que tenham um nível de renda que a permita adquirir terra por meios próprios.

Os assentados e assentadas de nossa região demandam as medidas a seguir acerca do tema do uso da terra e moralização.

Aumentar o quadro de funcionários públicos para acompanhar esta questão no campo, definindo as pessoas responsáveis para isso.

Que sejam priorizados os filhos e filhas de assentados para a destinação de lotes que virem a vagar.

Que os órgãos ligados à reforma agrária estejam articulados e prontos para atuarem em meio a problemas de venda e ocupações irregulares, de forma a cumprir o papel do estado a esse respeito, e não tensionar as lideranças locais.

Que todos os assentados tenham um documento de uso do solo por tempo indeterminado, que traga segurança para as gerações familiares.



Que seja criado um mecanismo de crédito para pagamento das benfeitorias de lotes dos desistentes, para aqueles que se enquadrem no plano nacional de reforma agrária.

Que o Estado forneça assistência para melhoria das condições de trabalho e infraestrutura para as famílias assentadas, de forma elevar a renda das famílias e diminuir a evasão dos lotes.

Criar mecanismo para agilizar o processo de desapropriação, desistência e reposição de famílias nos lotes. Também é necessária a emissão da documentação necessária para que o recém assentado possa acessar os créditos.

Meio Ambiente

Existem indicadores suficientes para que as pessoas e os governantes compreendam a importância de um assentamento rural para preservação e recuperação ambiental de uma determinada área e região.

Quando é decretado um novo projeto de assentamento, as famílias ao serem assentadas chegam a terras bastante degradadas. Na grande maioria dos casos, os solos estão enfraquecidos por anos de maus tratos de uma agricultura e pecuária que desrespeitam os limites naturais da terra. Comumente as terras apresentam erosões causadas pela falta de curvas de nível e pisoteio de gado, os solos estão compactados pela má utilização de equipamentos pesados, terra fragilizada pelo uso contínuo de elementos químicos, as áreas de reserva legal e de preservação permanente estão sem vegetação, há o assoreamento de lagos, entre tantos outros problemas causados pelo desrespeito do meio ambiente.

Problemas acumulados em décadas de um modelo de agricultura destruidor começam a ser remediados pelos trabalhadores e trabalhadoras da reforma agrária, com práticas que trazem a diversificação agrícola através do policultivo anual, dos sistemas agroflorestais e dos quintais com alta agrobiodiversidade, de práticas de recuperação de solos baseados na agroecologia, ações de restauração florestal, etc.

Os assentados e assentadas reivindicam que haja um diálogo mais transparente das instituições ambientais como IBAMA e ICMBio com as comunidades estabelecidas em



assentamentos, e que este diálogo busque criar parcerias para preservação da natureza, e não pare somente na fiscalização.

Que os órgãos ambientais tenham uma atuação conjunta no sentido de juntos resolvermos os problemas que surgem acerca do tema ambiental, que tenham uma postura de orientar o produtor e a produtora rural, e não de multá-los por terem agido sem orientação. Que se formalize uma parceria entre os órgãos que acompanham os assentamentos e os órgãos ambientais, para trabalhar a questão educacional, no intuito de alertar, prevenir, e coibir acidentes ambientais com fogo, produtos químicos, bem como crimes ambientais cometidos dentro da comunidade, principalmente os causados por pessoas de fora das comunidades.

Que os serviços ambientais prestados pela comunidade sejam reconhecidos, de forma que o seu empenho em preservar e recuperar as florestas possa retornar benefícios a eles, na utilização da água em tanques e açudes e através do extrativismo florestal,

É preciso que seja feito um debate amplo com a comunidade de Iperó sobre as pesquisas e instalações em Iperó do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), bem como dos riscos da implantação de reatores nucleares próximos à comunidade.

Saúde

As famílias de assentados têm passado por diversas dificuldades no atendimento público de saúde. Em geral não há médicos para fazer o atendimento, e em muitos casos nem enfermeira.

Demandamos a reativação do programa saúde da família com foco na comunidade rural e assentamentos. Acusamos a transferência de diversas Unidades de Estratégia da Saúde da Família das áreas rurais às áreas urbanas e o atendimento e o tratamento preconceituoso por parte dos profissionais da saúde em relação à população assentada.



22

No município de Itapetininga foi fechado o posto de saúde dos assentamentos Capão Alto, 23 de maio e Carlos Lamarca pela prefeitura, assim como há falta de remédios e a paralisação da farmácia de manipulação.

Articulação entre a Estratégia da Saúde da Família, espaços públicos e equipamentos sociais trabalhando a promoção e prevenção de saúde nos assentamentos.

Quilombo do Cafundó

O Quilombo do Cafundó, incluído na região, vive um processo de exclusão das políticas públicas do governo. Assim, apoiamos para que os quilombos tenham os mesmos direitos e acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Por agilidade no processo de assentamento

Por fim, as famílias assentadas da região declaram seu total apoio às famílias que ainda se encontram acampadas na luta pelo direito à terra, e pedem agilidade no processo de assentamento.



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

SECRETARIA JURÍDICA

EXMO. SR. PRESIDENTE:

MOÇÃO Nº 61/2013

Trata-se de Moção, de autoria do nobre Vereador Francisco Carlos Silveira Leite, na qual a Câmara Municipal de Sorocaba "*Manifesta APLAUSO aos Assentamentos da Reforma Agrária da Região de Sorocaba pela realização do '1º Seminário Regional dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região de Sorocaba'*".

A proposição em tela está prevista no art. 107 do Regimento Interno da Câmara Municipal, devendo ser encaminhada, após deliberação, à "*Comissão de Justiça para emissão de parecer, após o que será incluída na Ordem do Dia, em Discussão Única*" (§ 3º do mesmo artigo).

A deliberação da matéria depende da maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara à sessão que se realizar (art. 162, RIC).

Sob o aspecto jurídico, nada a opor.

É o parecer.

Sorocaba, 16 de dezembro de 2013.


Suellen Scura de Lima

Chefe da Seção de Assuntos Jurídicos

De acordo:


Marcia Pegorelli Antunes
Secretária Jurídica



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Nº

COMISSÃO DE JUSTIÇA

SOBRE: a Moção nº 61/2013, de autoria do Vereador Francisco Carlos Silveira Leite, que manifesta APLAUSO aos Assentamentos da Reforma Agrária da Região de Sorocaba pela realização do "1º Seminário Regional dos Assentamentos da Reforma Agrária da Região de Sorocaba".

Sob o aspecto legal nada a opor.

S/C., 4 de fevereiro de 2014.


MÁRIO MARTE MARINHO JÚNIOR
Presidente


JOSÉ FRANCISCO MARTINEZ
Membro

JESSÉ LOURES DE MORAES
Membro

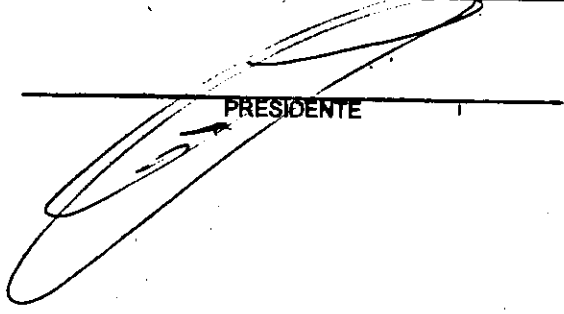


DISCUSSÃO ÚNICA

20/01/2014

APROVADO REJEITADO

EM 13 1 02 1 2014



PRESIDENTE



Câmara Municipal de Sorocaba

Estado de São Paulo

Av. Eng. Carlos Reinaldo Mendes, n.º 2.945 - Alto da Boa Vista - CEP 18.013-904

Tel/Fax.: (0XX15) 3238-1111

Home Page: <http://www.camarasorocaba.sp.gov.br>

Nº 0065 ao 0092

Sorocaba, 14 de fevereiro de 2014.

Ofícios encaminhados à Presidenta da República, Dilma Rousseff; aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin; às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e, da Agricultura e Abastecimento; às Câmaras Municipais de Iperó, Itapetininga, Salto de Pirapora e Porto Feliz; aos Deputados Federais Iara Bernardi e Jefferson Campos; aos Deputados Estaduais Carlos Cezar, Hamilton Pereira, Maria Lúcia Amary, Mauro Bragato, José Zico Prado, Aldo Demarchi, Ana Camargo e Francisco Campos Tito; Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região; ITESP; CONAB; CEAVO; CEAGESP Sorocaba; INCRA São Paulo e Sindicato Rural de Sorocaba.

0096 ao 0111

Ofícios encaminhados à CUT Sorocaba; ICMBio; GARFOS; IBS Iperó; Instituto Terra Viva de Agroecologia, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/Escritório de Desenvolvimento Rural de Sorocaba; Cooperativa Central de Produção Rural e Abastecimento de Sorocaba; Instituto Chico Mendes de Biodiversidade em Iperó; bem como aos assentamentos de reforma agrária "Ipanema I", "Ipanema II", Horto Bela Vista", "Carlos Lamarca", "23 de Maio", "Capão Alto", "Quilombo do Cafundó" e "CAIC".

Ofícios encaminhados via correio eletrônico às Prefeituras e Câmaras Municipais das cidades da Região de Sorocaba.

Assunto: "Moção n.º 61/2013"

Senhor(a),

Encaminhamos a Vossa Senhoria, xerocópia da Moção n.º 61/2013, de autoria do Nobre Edil Francisco Carlos Silveira Leite, aprovada em Sessão Ordinária realizada por esta Casa de Leis, a qual manifesta **APLAUSO** aos Assentamentos da Reforma Agrária da Região de Sorocaba pela realização do "1º Seminário Regional dos Assentamentos da Reforma Agrária da Região de Sorocaba".

Atenciosamente,

GERVINO CLÁUDIO GONÇALVES
Presidente

Pedro A.

Recabi: 08
Ofícios a serem
enviados aos assen-
tamentos de reforma
agrária mediante
este quibinete
18/2/2014
GONÇALVES



Este impresso foi confeccionado
com papel 100% reciclado